

FRONTEIRAS REGIONALISTAS – UMA REFLEXÃO SOBRE LITERATURA COMPARADA

Alda Correia

Universidade Nova de Lisboa

A obra é uma forma que se desprende do solo e não ocupa um lugar no espaço: é uma imagem. Só que a imagem ganha corpo porque está atada a um solo e a um momento: quatro choupos que se elevam do céu de uma poça de água, uma rua nua que nasce de um espelho, um pouco de água ou de luz que escorre de entre os dedos de uma mão, a reconciliação de um triângulo verde e um círculo cor de laranja. A obra de arte deixa-nos entrever, por um instante, o além e o aquém, o sempre e o agora (Octavio Paz)

A discutida (e discutível) afirmação de Susan Bassnett sobre a morte da Literatura Comparada (Bassnett, 1995) compreende, de facto, duas partes: a morte e o renascimento sob outras formas. Estas formas incluem, por exemplo, a completa reavaliação dos modelos culturais ocidentais e o ultrapassar das fronteiras disciplinares. As escolas comparatistas dos anos 90, nomeadamente as que se situam em termos geográficos e modelares fora da Europa e dos modelos europeus e americanos, debruçam-se sobre questões como a identidade cultural nacional, a sua relação com o cânone literário, as implicações sociais e políticas da influência cultural, ou as questões da periodização. É necessário reconhecer que existe um modelo pós-europeu de literatura comparada, que assenta num ponto de vista diverso, porque geográfica e culturalmente está

“atado”, para usar a imagem de Paz, a um outro solo. E será também necessário admitir que a noção actual de crise desta área resulta, uma vez mais, de uma visão predominantemente eurocêntrica.

Curiosamente, Bassnett compara o dinamismo das novas escolas comparatistas ao momento do aparecimento da Literatura Comparada no século XIX, nesse período marcado pelo desejo de transcender o nacionalismo enraizado nas culturas nacionais.

Um dos melhores exemplos deste novo modelo é o caso da Literatura Comparada na Índia. O problema da unidade e diversidade dentro da pluralidade linguística e literária do país é amplamente discutido no âmbito da disciplina. Amiya Dev (2000) defende que, no caso do seu país o estudo da literatura deverá envolver a noção de “processo interliterário” e uma “visão dialéctica de interacção literária” (Dev, 2000:2). Mostra sobretudo que, o método da Literatura Comparada é o que permite uma abordagem mais correcta de uma literatura em que a unidade e a diversidade têm absolutamente de ser levadas em conta perante a existência de mais de duzentas línguas (censo de 1981) e 16 idiomas oficiais, para além de uma importante tradição épica. Será a categoria “literatura da Índia” no singular, uma categoria válida ou deveremos falar em literaturas no plural? É importante salientar que a posição dos estudiosos da literatura indiana também não é homogénea; os especialistas ocidentais do século XIX estavam muito menos interessados na questão da multiplicidade de literaturas do que estão actualmente os indianistas do próprio país. A valorização da identidade regional, para além da questão colonial, é importante nesta alteração de posições. Um outro comparatista, Gurbhagat Singh rejeita as escolas Francesa e Americana, assim como o conceito de *Weltliteratur* de Goethe considerando que a Literatura Comparada é um exercício de “multílogo diferencial” (*Idem*, 3) uma espécie de diálogo plural (a várias vozes) que estabelece e remete para a diferença/diferenças. Esta perspectiva permitiria compreender a diversidade da literatura da Índia sem sacrificar as suas literaturas regionais, não se criando obstáculos à noção de unidade na diversidade. Dev chama então a atenção para a importância da

relação entre a posição (*situs*) e a teoria, concluído posteriormente que o reconhecimento da dialéctica pode ser a solução:

The concept of an Indian *sensus communis* in the context of Singh's differential multilogue or Jaidev's [cultural] differential approach brings me to the question of *situs* and theory. That is the "site" or "location" of theory and the theorist are important factors here. I am convinced that *situs* is as important as theorization, particularly in a country where the decolonization process is still incomplete and where a neo-colonial situation is in the making. A wrong theory is bad, but a right theory from a wrong *situs* is equally bad (*Idem*, 4).

Essa dialéctica, sempre contínua, constituiria a argamassa, não da ligação entre o "uno" e o "múltiplo", mas de um todo sistémico em que vários sub-sistemas interagem (Majumdar, 1985 *apud* Dev, 2000:5). Podemos perceber então que, para além de ser fundamental considerar a questão da região, o método da Literatura Comparada permite uma visão da literatura da Índia no contexto deste processo e desta situação interliterária. A questão põe-se também noutras literaturas, mas ela deve ainda ser discutida partindo do solo nacional (uma vez mais "atada a um solo e a um momento") e não de qualquer outro.

Compreender a Literatura Comparada a partir das suas escolas, isto é, compreender e reflectir a sua evolução em termos de metodologia teórica a partir dos enraizamentos geográficos particulares dos que com ela trabalham torna-se mais fácil com o apoio das reflexões de Claudio Guillén (1985) sobre o uno e o diverso, o local e o universal. Encontrar-nos-emos perante um conflito constante entre estes dois elementos, presentes afinal no nascimento da Literatura Comparada, ao longo do seu percurso e num momento da sua alegada crise? Ou será esse conflito apenas o reconhecimento de uma realidade, de uma condição de existência que encontra no momento actual um contexto propício à sua melhor realização e não à sua queda?

Em primeiro lugar, a tensão entre o particular e o geral é, como Guillén sublinha, sugerindo que o comparatista tem tendência para se parecer com o escritor que sentiu mais profundamente esta tensão ao longo dos séculos (Guillén, 1985: 394), um elemento central de toda a obra literária; em segundo lugar, na sua essência, o processo de trabalho do comparatista implica um percurso

constante entre a fragmentação e a globalização; “a sua tarefa é de ordem dialéctica; não nos é possível eliminar nem a diferença individual nem a perspectiva unitária; nem a emoção estética singular nem a inquietação integradora” (*Ibid*, 397); o espaço e o tempo, são, como na obra literária, duas coordenadas fundamentais para definir este percurso; em terceiro a perda da noção de um universo unificador, o acesso cada vez maior ao aprofundamento do particular em simultâneo com a pluralidade e multiplicidade do mundo actual, a sua acentuação da diferença mas também da abolição de fronteiras e da indefinição interdisciplinar trazem estes dois conceitos (particular/geral; regional/global) para a ribalta de um mundo já de si marcado pela avaliação crítica destas mesmas questões.

A Literatura Comparada está, portanto, numa posição privilegiada para compreender e mostrar toda a problemática de um mundo simultaneamente global e local através da exploração literária e da análise comparada da dialéctica específico/universal. Este argumento é analisado por Bernheimer (1995: 9) pelo seu reverso, isto é, considerando a angústia do comparatista que tem dúvidas sobre a sua autoridade para falar de culturas a que não pertence por origem (como acontece por exemplo em relação a questões étnicas). A “pele” e o “sangue” podem ser também *handicaps*, agora no sentido inverso. E o comparatista europeu ou americano pode ser acusado de impôr um modelo universalista que suprime as diferenças ou de ser incapaz de encontrar relações significativas entre culturas, se sublinhar as diferenças. Se recordarmos o que foi dito sobre a literatura da Índia percebemos que a Literatura Comparada está, neste momento, completamente envolvida e determinada nos seus percursos, pela questão da região, do local. “Deverá o comparatista trabalhar no sentido de unificar o sentido da função e natureza essenciais da literatura no sentido da transversalidade cultural ou deverá trabalhar para promover a compreensão das diversas construções da categoria do literário em culturas diferentes?” (*Ibid*, 10, tradução minha). Para Bernheimer, o comparatismo multiculturalista começa em casa com a comparação consigo mesmo: “ I am suggesting that multiculturalist comparatism begins at home with a comparison of

oneself to oneself” (*Ibid*, 11). O facto de a literatura estar incrustada em redes de práticas materiais e de ser construída de forma diferente em diferentes contextos e momentos históricos diferentes não significa que o resultado dessa construção possa ser relativizado e encarado como uma ilusão (*Ibid*, 15). Os comparatistas estão, pelo contrário, mais habilitados para avaliar o peso do individual e do social na análise do texto literário, devido à relação inegável da sua área com a diversidade de culturas existentes.

A literatura regionalista encontra-se no centro desta problemática e ilustra, com bastante clareza, muito do que foi dito: a noção de região é, sem dúvida, central na reavaliação da Literatura Comparada de hoje. Poderíamos dizer que, tal como em relação às escolas desta área de Estudos, só agora a Europa e os EUA começam a ser capazes de se olhar também como uma região de um mundo descentralizado. Para além desta noção, a articulação da ficção regionalista com áreas como o folclore, a história social e política, a narrativa de viagens e a própria teoria da literatura (questionando o valor literário do género, a noção de referente, a relação entre facto e ficção, texto documental e histórico) situam-na no âmbito do trabalho da Literatura Comparada.

A ambivalência entre o particular e o universal, que parece característica da nossa época, foi desde o início, um ingrediente básico na história do regionalismo: num primeiro momento da emergência desta literatura com a busca de afirmação das identidades nacionais; e mais tarde com os estudos pós-coloniais e étnicos explorando mais as dimensões de poder e resistência. O espaço é hoje visto como uma categoria analítica que inclui cada vez mais hibridismos e interdependências, combinações e reapropriações. O percurso da ficção regionalista difere de caso para caso, em função obviamente do espaço (da região) e do enraizamento do espaço numa cultura e numa identidade específicas. O seu peso e a sua contribuição para uma literatura nacional diferem igualmente; na literatura norte americana, por exemplo, esta corrente tem um papel fundamental

como resposta essencial à busca de uma forma própria de arte que, no final do século XIX, reflectisse uma identidade nacional específica.¹

Em Portugal, o peso do regionalismo é de outra dimensão. A geração de 70 é uma das primeiras a reflectir e debater a ambivalência regionalista. Por um lado procura libertar-se a literatura de um passado idealizado que era usado como evasão dos problemas do presente, por outro os costumes locais são valorizados, para mostrar uma realidade humana afectada por estruturas sociais decadentes. Em 1894, Alberto de Oliveira, considerado o primeiro teorizador da literatura regionalista em Portugal, publica o livro *Palavras Loucas*, em que sublinha o amor ao país natal e à tradição. Esta publicação originará cartas de resposta de seis dos mais importantes escritores do tempo. Eça de Queirós considera que os temas regionalistas não trariam a renovação mental e moral do país; toma estes esforços como insignificantes e sublinha a importância de uma abertura intelectual para outras realidades: “A humanidade não está toda metida entre a margem do rio Minho e o Cabo de Santa Maria: - e um ser pensante não pode decentemente passar a existência a murmurar extaticamente que as margens do Mondego são belas!” (Oliveira, 1925: 24-25). Guerra Junqueiro chama a atenção de Oliveira para a limitação desta “arte nacional” e sublinha que a obra regional deve pertencer, ao mesmo tempo, a uma província e a todo o mundo, visto que a realidade não pode ser limitada numa moldura (Ibid, 31-32). A mesma tendência dualista é apresentada no periódico mensal *As Farpas*, iniciado em 1871 por Eça e Ramalho Ortigão, mas mantido pelo último durante 16 anos. O conservadorismo de Ramalho transformou o que era inicialmente uma crónica de crítica social, política, literária e de opinião pública numa descrição regionalista de lugares e costumes antigos e ideais, evocando o folclore e o pitoresco de muitas regiões:

Um deslumbramento!

¹ Muitos autores distinguem regionalismo literário em que se apresentam personagens regionais e intrigas enquadradas nas próprias percepções culturais de “local-colour”, uma tendência para apresentar a vida e as personagens a partir da perspectiva do não-regional que pode ser urbano, ocidental ou até de entretenimento.

Debaixo da varanda, voltada ao norte, estende-se em doce declive um largo talhão de vinha baixa, cerrada, espessa, em todos os tons do verde, desde o mais vivo ao mais escuro, rajado das tintas maduras do Outono em manchas cor de âmbar e cor de fogo, louras, vermelhas, calcinadas. Em baixo, o rio Douro, espalhado, descreve um enorme S em toda a extensão do vale, reluzindo entre rasgões de olivedos e de pomares (Ortigão, 1987: 63)

De uma forma ainda mais evidente, romancistas como Dickens, George Eliot, Thomas Hardy, Balzac ou Zola apresentavam um território interno específico mas ao mesmo tempo delineavam um território externo no sentido de nação, revelando marginalidades e espaços atípicos. Muita da ficção regionalista tinha objectivos claramente nacionalistas, senão políticos, procurando defender culturas e línguas regionais.

O regionalismo português de final de século mostra-o. Diversos escritores tentaram então rejeitar modelos estrangeiros como os franceses, que apareciam em tradução, em periódicos como *Os Dois Mundos*, *O Occidente*, *A Ilustração* ou *Branco e Negro*, ou ameaças políticas como o Ultimato inglês. Alfredo da Cunha e Trindade Coelho dão este tipo de conselhos aos escritores em 1893 na “Apresentação” da *Revista Nova*:

Aspiramos, por conseguinte a que, na literatura e na arte, ao menos, se inicie uma tenaz rebeldia contra imposições estranhas, e se levante, nobre e alto, o grito de subversão contra quaisquer hegemonias exóticas; e que, paralelamente, se preste ao passado, d’onde dimanam as nossas mais puras glórias, e onde achamos justificação e desculpa para todos os nossos desvanecimentos, o respeito que, talvez mais por factos do que por palavras, se lhe está quotidianamente negando. (...) Sem desprezarmos a alta literatura, exploraremos a literatura popular, desde os diferentes cancioneiros lírico, religioso e político, até aos calões de diversas espécies, as adivinhas e os contos infantis, os autos e as lóas, todas essas mínimas cousas de que até hoje raro têm curado os pretores das nossas letras. (Cunha /Coelho, 1893:1)

A vida no campo e os costumes tradicionais são por vezes levados ao absurdo valorizando-se a dureza do trabalho e a escassez de alimentação. A mesma linha tradicionalista será desenvolvida com o movimento político ultraconservador do integralismo lusitano, pelas vozes de Hipólito Raposo e António Sardinha.

Levanta-se aqui uma das questões mais centrais da literatura regionalista - a da relação da obra literária com a história ou a da utilização da ficção como testemunho. Hardy preocupou-se no seu Prefácio a *Wessex Tales*, em chamar a atenção dos leitores para a fraqueza da nossa memória, que poderia deturpar a frescura do facto original. Mas a dúvida não é só essa, é também de saber conjugar aqui aspectos como a função mimética, a imaginação, por exemplo, nos mundos sobrenaturais da ficção científica, ou mesmo a função pedagógica. Alexandre Herculano, cuja obra *O Pároco de Aldeia* (1851) antecipa as primeiras narrativas regionalistas, traduziu na prática esta mesma preocupação ao longo das notas que escreveu, durante as expedições realizadas pelo país (1853-54), acompanhado por um paleógrafo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para recolher documentos para os volumes *Portugaliae Monumenta Historica*. Destas retirou conclusões sobre a agricultura e a indústria nacionais, dizendo que a terra e os campos de cultivo eram os monumentos mais importantes do espírito moderno (Herculano, 1898:8-9).

Sempre enquadrado entre os pólos referidos desde o início, o global e o local, a literatura regionalista estende os seus laços a conhecimentos e disciplinas diversos como a história regional, social e cultural, a sociologia literária, a geografia ou a teoria da literatura. Quer consideremos o período inicial do seu desenvolvimento no século XIX ou o momento actual, essas relações mostram que o alargamento do “espaço de comparação” (Bernheimer, 1995:16) para a inclusão de outros contextos, traz à Literatura Comparada não uma crise, mas a possibilidade de encontrar novas áreas de trabalho, em que poderá responder a muitas das perguntas que lhe têm sido postas.

Bibliografia

- Bassnett, Susan (1995), *Comparative Literature – a Critical Introduction*, Oxford, Blackwell.
- Bernheimer, Charles (1995), *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*, Baltimore, John Hopkins Univ. Press.
- Cunha, Alfredo/ Trindade Coelho (1893), “Apresentação”, *Revista Nova* 1.1, pp. 1-2 .
- Dev, Amiya (2000), “Comparative Literature in India” *CLCWeb: Comparative Literature and Culture* 2.4, Setembro 2008, <<http://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol2/iss4/10>>
- Guilluén, Claudio (1985), “Entre o Uno e o Diverso: Introdução à Literatura Comparada”, trad. Dionísio Soller, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (eds.) (2001), *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa, Dom Quixote, pp.385-409.
- Herculano, Alexandre (1898), *Opúsculos VII*, Lisboa, Tavares Cardoso.
- Majumdar, S. (1985), *Comparative Literature: Indian Dimensions*, Calcutá, Papyrus.
- Oliveira, A. (1925), “O nacionalismo na literatura e as ‘Palavras Loucas’ (Cartas inéditas de Oliveira Martins, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro)”, *Lusitânia* 3:3, pp.7-33.
- Ortigão, Ramalho (1987), *As Farpas I*, Lisboa: Círculo de Leitores.